

Repasse para consultas do SUS aumentam 196%

Ministro da Saúde acredita que atendimento médico vai melhorar

ODAIL FIGUEIREDO

BRASÍLIA – O ministro da Saúde, Barjas Negri, assinou ontem portaria que reajusta em 196%, a partir de 1.º de julho, o valor pago pelo Sistema Único de Saúde (SUS) a governos estaduais e municipais pelas consultas médicas em áreas especializadas, como cardiologia e neurologia, realizadas na rede pública. A portaria cria também o Piso para Consultas Especializadas (PCE), que será de R\$ 3,39.

O objetivo da medida é aumentar a remuneração dos médicos que prestam assistência ambulatorial no SUS e, desse modo, melhorar o atendimento à população. Para isso, o Ministério da Saúde vai repassar mais R\$ 163 milhões por ano aos Estados e municípios.

Negri fez questão de ir até o escritório da Associação Médica Brasileira (AMB), em Brasília, para assinar a portaria de reajuste, velha reivindicação dos profissionais do setor. "Tenho certeza de que a qualidade do trabalho prestado na área de especialização vai melhorar consideravelmente. O reajuste dará ao médico mais confiança, tranquilidade e auto-estima para trabalhar", disse o ministro.

O valor que os governos receberão por cada consulta feita por médicos especialistas, como cardiologistas e neurologis-

tas, entre outros, vai passar de R\$ 2,55 para R\$ 7,55. O último reajuste havia sido feito em 1996. O ministério observa, no entanto, que Estados e municípios podem complementar o valor das consultas. Além disso, são as administrações municipais e estaduais que determinam o salário dos médicos. Os governos não são obrigados, segundo o ministério, a repassar o novo reajuste exclusivamente para os salários dos médicos, podendo optar por investir na contratação de novos profissionais ou pelo aumento dos repasses aos hospitais.

Pela portaria assinada ontem, o valor recebido pelos governos para consultas de urgência e emergência terão aumento de 158%, passando de R\$ 3,16 para R\$ 8,16. As consultas com obser-

R\$ 7,47 para R\$ 12,47 (40%) e as ortopédicas com imobilização provisória sobem de R\$ 6,91 para R\$ 10,00 (44,7%).

Para o ministério, com o maior repasse, Estados e municípios terão mais recursos

para aplicar na melhoria da prestação de serviços em geral. Devido ao baixo valor das consultas, havia pouca oferta de médicos e, com isso, o tempo de espera dos pacientes vinha aumentando.

Os reajustes devem melhorar também a situação financeira das Santas Casas. Muitas delas vêm registrando sérios déficits. Segundo o presidente da Confederação das Santas Casas, o deputado José Linhares (PPB-CE), parte do reajuste poderá ser usada no pagamento de insumos, leitos, enfermagem e outros gastos. (Colaborou Marcos de Moura e Souza)

MEDIDA
TAMBÉM DEVE
AJUDAR
SANTAS CASAS